

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 727, DE 2016**

Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.

**EMENDA SUPRESSIVA**  
**(Da Senhora ANGELA ALBINO)**

Ficam suprimidos os seguintes dispositivos da Medida Provisória nº 727, de 2016, da seguinte forma:

**"Art 6º.....**

**I – (Revogado)**

**.....”(NR)**

**“Art. 14º.....**

**.....”(NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

Os dispositivos a serem suprimidos a serem suprimidos da  
Lei são:

"Art. 6º Compete ao Conselho Nacional de Desestatização:

**I - recomendar, para aprovação do Presidente da República, meios de pagamento e inclusão ou exclusão de empresas, inclusive instituições financeiras, serviços públicos e participações minoritárias, bem como a inclusão de bens móveis e**



**imóveis da União no Programa Nacional de Desestatização;"**

.....

"Art. 14. Fica o Presidente da República, por recomendação do Conselho Nacional de Desestatização, autorizado a definir os meios de pagamento aceitos para aquisição de bens e direitos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, atendidos os seguintes princípios:

I - admissão de moeda corrente;

II - admissão, como meio de pagamento no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, das Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal – LH-CEF, bem como dos títulos e créditos já renegociados e que, no momento da renegociação, eram passíveis dessa utilização;

III - admissão, como meio de pagamento no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de títulos e créditos líquidos e certos diretamente contra a União, ou contra entidades por ela controladas, inclusive aquelas em processo de liquidação, desde que gozem de garantia ou coobrigação do Tesouro Nacional, e que venham a ser



renegociados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Presidente da República, por recomendação do Conselho Nacional de Desestatização, poderá incluir novos meios de pagamento e modalidades operacionais no Programa Nacional de Desestatização."

A Lei permite que a inclusão de empresas para privatização no Programa Nacional de Desestatização - PND seja feita pelo presidente da República por decreto, mediante recomendação do conselho do PND.

Mas, a privatização de uma empresa estatal se constitui em parcela importante do patrimônio público. A legislação corrente não permite que aquilo que pertence ao patrimônio público seja alienado, exceto por autorização específica da lei.

Não é possível que uma autorização legal genérica se aplique a privatização de empresas estatais.

Além do mais, a Lei do PND permite também que se utilizem meios de pagamento diferente da moeda corrente, o que abriu espaço para que estatais tenham sido vendidas em troca de títulos de créditos junto ao Poder Público, às vezes com décadas de existência, que nada valiam. E isso foi feito mediante a recomendação e a autorização do presidente da República por decreto.

As disposições que pretendemos suprimir da Lei permitem que ambas as autorizações aconteçam sem necessidade de lei que as dê. Ademais é oportuno ressaltar que esta proposta contraria o Plano de Governo vitorioso nas urnas que foi aprovado e escolhido por 54 milhões de brasileiros e



brasileiras o que evidencia a sua impertinência e ilegitimidade.

Por essa razão, sugerimos a supressão dos dois dispositivos.

Contamos, portanto, com o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação da presente Emenda à Medida Provisória nº 727, de 2016.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputada ANGELA ALBINO

